CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N°: 1198/68 - CEE.

INTERESSADO: FANNY TABAK.

ASSUNTO : Extensão do RDIDP Professor Cadeira de Política, da FFCL de

Araraquara.

CONSELHEIRO: ADEMAR FREIRE-MAIA.

P A R E C E R N° 553/68 - CES

A FFCL de Araraquara solicita autorização para que seja estendido o RDIDP à Prof. Fanny Tabak, Regente da Cadeira de Política, em RTP, desde novembro de 1967.

A candidata é o único docente da cadeira (fls. 154). Apresenta um amplo plano de trabalhos didáticos (fls. 148 e segs.), envolvendo 4 cursos de graduação, 2 cursos de especialização, 1 curso de pós-graduação, publicação do Boletim da Cadeira, elaboração de apostilas e resenhas bibliográficas, realização de estágios e excursões, conferências e mesas redondas. A candidata, já tendo o Ph.D., está se preparando para defender tese de Livre-Docência,

Embora apresentando um relatório da pesquisa em andamento, a candidata não incluiu no processo, salvo engano nosso, o plano de pesquisas a ser realizado durante o estágio probatório do RDIDP.

Nosso parecer é favorável à extensão do RDIDP, devendo, no entanto o processo ser preliminarmente encaminhado à Faculdade de origem para anexação do plano de pesquisas, o qual será então devidamente examinado pela Douta CPRTI.

São Paulo, 5 de dezembro de 1968.

as. Cons. ADEMAR FREIRE-MAIA - RELATOR

INFORMAÇÃO N° 961/68 - CES

A Câmara do Ensino Superior em sessão realizada a 16.12.68, aprovou contra dois votos, o Parecer n° 553/68, favorável à extensão do RDIDP a Professora FANNY TABAK, da Cadeira de Política da FFCL.de Araraquara.

A Cons.. Esther de Figueiredo Ferraz recorreu da decisão ao Conselho Pleno.

De ordem do Senhor Presidente da CES, encaminhe-se ao GP para as providências necessárias.

Em 17.12.68 - as. Miranda - P/Secretário Executivo-CES.

Designo o Conselheiro Prof. Dr. Alpínolo Lopes Casali como relator do Conselho Pleno

CEE, 23 de dezembro de 1968

as. Cons. PAULO ERNESTO TOLLE
Presidente

Esbarramos agora em varias perguntas:

-Pode o Estado propiciar ensino técnico a todos aqueles que não se encaminharem para o ensino superior?

-Há recursos de pessoal docente, de equipamento: há recursos financeiros para tal?

-Qual o período de implantação de um sistema desse, no Estado?

-O que fazer com aqueles que ficarem à margem do sistema?

Conclui-se também que a formação profissional de menor nível propiciada pelo sistema estadual é o técnico de grau médio.

Tal situação é útil? E mesmo exequível?

Como atender ao fato da demanda de trabalho se apresentar, infelizmente, como uma pirâmide e não como um cogumelo?

Chegamos assim, em minha opinião, a esse quadro melancólico que nos proporciona o Decreto 51.094: num Estado onde a espinha dorsal da economia ainda se encontra na produção agrícola, e onde o ensino agrícola primário e médio se reduz a 16 escolas de iniciação, a 5 ginásios e 3 colégios, vai-se realizar essa façanha de progresso: acabar com as escolas e os ginásio, e criar 18 colégios técnicos agrícolas. Meditar se existe vantagem em concordar com alguns homens da idade da enxada, que pretendem um colégio agrícola em Presidente Prudente, o outro em Jacareí. E condenar a existência de ura anacrónico ginásio agrícola em Itapetininga.

Requeiro que a presente declaração de voto seja anexada aos processos em pauta.

São Paulo, 27 de janeiro de 1969

a) Cons. OCTÁVIO GASPAR DE SOUZA RICARDO